

“O futuro do CES parece ser risonho”

Vice-presidente da Fundação para a Ciência e Tecnologia elogia modelo científico e organizacional do CES. Boaventura Sousa Santos diz que o país precisa das ciências sociais, mas teme falta de incentivos para a investigação

CARLO SANTOS

Uma «referência» enquanto laboratório associado do Estado, bem como na área de investigação de que se ocupa, foi assim que a vice-presidente da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), Conceição Peleteiro, se referiu, ontem, ao Centro de Estudos Sociais (CES) da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC).

Ao intervir na cerimónia de inauguração das novas instalações do CES – passa a dispor do dobro do espaço anteriormente utilizado (no Colégio de S. Jerónimo) para gabinetes de investigação e biblioteca –, a vice-presidente da FCT referiu-se às avaliações de painéis de peritos internacionais para dizer que os «relatórios não podiam ser mais gratificantes e elogiosos para as perspectivas de desenvolvimento» do centro presidido pelo sociólogo Boaventura de Sousa Santos.

Actualidade e pertinência dos temas de investigação, estatuto (pouco comum) de multidisciplinaridade nas ciências sociais, juventude do CES (no que toca à média de idades dos seus colaboradores), o que dá garantia de permanência e de estabilidade do centro, foram algumas notas que destacou de uma avaliação recente. Segundo a qual, «não há recomendações para o futuro».

«É um centro modelo do ponto de vista científico e internacional», afirmou Conceição Peleteiro, ariscando que «o futuro do CES parece ser risonho».

Boaventura de Sousa Santos, que falou de um «optimismo trágico», para se referir às «dificuldades» em conseguir verbas junto dos vários governos para a investigação científica, afirmou que a sociedade portuguesa «precisa das ciências sociais», mas que «corre o risco» de as perder.



Boaventura Sousa Santos: “Estamos numa sociedade que não sai da situação periférica de 1974”

De acordo com o sociólogo, «estamos numa sociedade que não sai da situação periférica de 1974», caracterizada por uma «mobilidade social [que] está bloqueada».

«Porque é que aqueles que ganham mais fazem greve e os outros não?», questionou o investigador da FEUC, crítico também em relação ao «discurso negativista e de auto-flagelação» que diz reinar entre os portugueses. Motivos que o levam a considerar que as ciências sociais continuam a fazer falta ao país.

Criado em 1987, o CES conta com 62 investigadores, oito investigadores associados e 21 investigadores juniores. Ali encontram-se sociólogos, economistas, juristas, antropólogos, especialistas das áreas da educação, da literatura e da cultura, geógrafos, historiadores e médicos.

Desde 2002 com o estatuto de laboratório associado, que lhe foi atribuído pelo então Ministério da Ciência e da Tecnologia, obteve a classificação de “excelente” em todas as avaliações de que foi alvo (a última em janeiro de 2005).

Uma das facetas do CES consiste em organizar a investigação em observatórios – dispõe do Observatório Permanente da Justiça, do Observatório do Endividamento dos Consumidores e do Observatório dos Poderes

Locais –, resultantes de protocolos com entidades interessadas em beneficiar dos resultados da investigação do Centro.

Tem os seus investigadores envolvidos em actividades de formação pós-graduada, designadamente nos programas de mestrado e doutoramento em “Pós-colonialismos e Cidadania Global”, “Governança, Conhecimento e Inovação” e “Linguagens, Identidades e Mundialização”.

Na cerimónia de ontem, foi, ainda, entregue o Prémio CES para Jovens Cientistas Sociais de Língua Oficial Portuguesa, no valor de dez mil euros (patrocínio do Montepio Geral), atribuído ao trabalho “A cegueira e as narrativas silenciadas. Para além da tragédia, para lá do infortúnio”, de Bruno Daniel Gomes de Sena Martins.

Foram, também, entregues três menções honrosas: a Pedro Manuel Gois, pelo trabalho “A emigração cabo-verdiana para (e na) Europa e a sua inserção em mercados locais: Lisboa, Milão e Roterdão”; a Helena Cristina Ferreira Machado, pelo trabalho “Tribunais, género, ciência e cidadania – uma abordagem sociológica da investigação judicial da paternidade”; e a Osvaldo López-Ruiz, pelo trabalho “O ethos dos executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo”.